

09/06/97
11/5/97
1692

TEMA EM DISCUSSÃO: Importância da Funai

NOSSA OPINIÃO

Pior sem ela

A Fundação Nacional do Índio (Funai) está longe de ter um histórico de bom desempenho. Na visão de Júlio Gaiger, seu atual presidente, ela "é dispendiosa e não cumpre seu papel, além de ter criado um mecanismo de dependência junto às comunidades indígenas". A opinião do presidente anterior, Márcio Santilli, ao se demitir, carregava ainda mais nas tintas: denunciava a existência de uma máfia, o grupo de funcionários dados à cooptação de índios dentro da entidade (e isso talvez explique o alto percentual — 29% — de índios na folha de pagamento do órgão); bem como funcionários corruptos, comprometidos com interesses de madeireiros e mineradores.

Esses juízos negativos, à primeira vista insuspeitos, reforçam relatório recente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da CNBB. O documento acusa a Funai de omissão e conivência em agressões que teriam vitimado indivíduos ou comunidades inteiras em 113 dos 215 povos indígenas do país.

A maioria dos episódios está ligada a conflitos de terra. Nos dois anos examinados pelo Cimi teriam sido assassinados 75 índios — número bem próximo, em termos absolutos, dos casos apontados de assassinato de trabalhadores rurais. E muito superior em termos relativos, já

que o total da população indígena está abaixo de 326 mil indivíduos. O relatório menciona também a invasão de 46 territórios indígenas, com grande concentração na Amazônia.

Esse passivo sugere que a Funai envelheceu precocemente: bastaram 30 anos para que enfrentasse a crise de credibilidade que matou o Serviço de Proteção ao Índio ao cabo de 57 anos de existência (1910-1967). Mas, porque se tornou um órgão mais burocrático que operacional, seria o caso de extingui-la? Resposta de um homem identificado com a causa, Darcy Ribeiro: "Ruim com ela, pior sem ela."

Se não há alternativas para a Funai, a solução parece ser reformá-la, qualificando seus quadros. A Funai tem que ser órgão técnico-operacional, para executar a política de tutela que a Constituição conferiu ao Estado. O que é praticamente o oposto de distribuir em-

pregos a índios para embolar o gume de suas reivindicações. A tutela não pode ter o sentido de isolar o indígena. As reservas não implicam confinamento. Respeitando-as, é preciso levar-lhes os benefícios do Estado, em matéria de saúde, naquilo a que a medicina indígena não sabe prover; e em matéria de educação, oferecendo-lhes o tipo de ensino adequado à convivência harmoniosa, salvaguardada a diversidade.

A tutela não
pode ter o
sentido de
isolar o
indígena

OUTRA OPINIÃO

Omissão generalizada

GUNTER FRANCISCO LOEBENS

A sociedade brasileira assiste à ação dos povos e organizações indígenas que, frente ao descaso da Funai, assumem a tarefa de lutar pela assistência à saúde, educação e demarcação de suas terras. Em todas as regiões do país os índios reclamam cada vez mais participação nas discussões das políticas de educação e saúde. Na educação, exigem o ensino bilíngüe e currículo adaptado ao modo de vida das comunidades. Na saúde, discutem o atendimento aos povos indígenas com respeito à diversidade étnica e cultural. Nos dois casos exigem um tratamento diferenciado, previsto na Constituição.

Em todos os casos a Funai, órgão oficial pela proteção aos povos indígenas, se mantém aquém das expectativas e omissa frente às demandas dos povos indígenas. Para garantir, conquistar e manter seus territórios, os índios continuam firmes, arriscando, inclusive, a própria vida. É o caso dos waimiri-atroari (AM), dos krikati (MA), dos kiriri (BA), dos xokleng (SC), dos macuxi, wapixana, taurepang e ingarikó (RR), dos kaingang (RS).

Neste momento os pataxó há-hã-hãe (BA) e os guarani-kaiová (MS) tentam retomar seus territórios roubados. Além da luta na aldeia, os povos indígenas são obrigados a vir a Brasília para trazerem suas reivindicações e são mal recebidos pelo órgão indigenista.

Foi numa destas vindas que o pataxó há-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos foi assassinado de maneira bárbara. Já os kaiová, que historicamente foram esbulhados, ameaçam suicídio coletivo se forem novamente despejados. Os avá-canoeiro (TO), quase dizimados, foram obrigados a ceder seus territórios para a Hidrelétrica Serra da Mesa. Os nambikwara (MT) e os yano-

mami (RR) são atacados por garimpeiros, apesar das denúncias no Brasil e no exterior.

Porém, completamente alheio e insensível à realidade concreta e aos direitos históricos e constitucionais dos povos indígenas, o Governo inicia, no contexto da reforma administrativa do Estado, a reestruturação da Funai.

É o reflexo da perversa política em curso no país, de caráter neoliberal, que tem como um dos objetivos a redução do Estado brasileiro. No campo econômico a política ancora-se no Plano Real, cortando recursos das áreas sociais, como educação e saúde, principalmente, levando ao colapso esses serviços públicos e faltando a seus compromissos constitucionais para com os povos indígenas.

A reestruturação da Funai está sendo realizada com o objetivo de reduzir, ainda mais, a presença e a proteção do Estado brasileiro no que diz respeito aos direitos e demandas indígenas. Os povos e comunidades indígenas sequer estão sendo chamados a discutir o processo de reestruturação.

Durante três anos a Funai se manteve omissa diante da paralisação, articulada pelo próprio Gover-

no, no Congresso Nacional, da revisão do Estatuto do Índio e da análise da Convenção 169 da OIT, dentre outros aspectos fundamentais da legislação indigenista.

Esta omissão generalizada do órgão oficial em todas as áreas em que as necessidades e o destino dos povos indígenas estão em jogo o torna cúmplice do abandono e da violência sistemática a que estes povos estão submetidos em nosso país.

Os índios
continuam
firmes,
arriscando... a
própria vida

GUNTER FRANCISCO LOEBENS é vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).